

# A HIPÓTESE DA CONVERGÊNCIA: uma ilusão de ótica\*

Guaraci Adeodato Alves de Souza

*Este trabalho põe em discussão crítica a chamada "hipótese da convergência", que constitui uma suposição central da teoria da transição demográfica, e que afirma existir uma tendência de homogeneização dos padrões demográficos e de estruturação da família nas sociedades que vivenciam tal processo de mudanças demográficas históricas.*

## INTRODUÇÃO

O declínio da fecundidade observado tanto nos países do Terceiro Mundo que adotaram políticas governamentais anti-natalistas, quanto naqueles que não as formularam explicitamente, vem se dando com uma velocidade surpreendente. Com isto, reabriu-se o debate em torno de velhas hipóteses surgidas nas primeiras décadas do século XX e abandonadas desde os anos 60, referentes à transição demográfica.

Entre estas, ganhou novo fôlego a "hipótese da convergência", que entende que o declínio transicional da mortalidade e da fecundidade implica, necessariamente, a emergência de um único padrão demográfico e de estruturação da família. Segundo esta hipótese, a dinâmica demográfica dos países do Terceiro Mundo estaria convergindo, numa trajetória de longo prazo, para o que se supõe ser um padrão único e já sedimentado nos países capitalistas mais desenvolvidos da Europa e nos E.E.UU., desde as primeiras décadas deste século.

Esta noção de convergência parece demasiado fantasiosa e contraditória com alguns critérios analíticos centrais dos principais paradigmas que iluminam o campo de estudos da demografia. Minimiza, ao extremo, as evidências empíricas relativas às importantes diferenças de

**Este trabalho constitui uma versão revista da comunicação apresentada ao VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado pela ABEP em outubro de 1990, em Caxambu-MG. Professor Adjunto do Departamento de Sociologia - FFCH e Pesquisadora do CRH.**

*Caderno CRH, n. 15, p. 47-69, jul./dez., 1991*

padrões demográficos e de estruturação da família, nos países ditos "pós-transicionais", que apontam em sentido diverso ao da tendência de homogeneização desses padrões.

Perceber maior ou menor grau de homogeneidade nas formas e ritmos da reprodução social e numérica (ou da reprodução das famílias), correntes em distintas sociedades, depende, em grande medida, do ângulo de visão e do grau de aproximação analítica que se utiliza para abordar o objeto de estudo. Aliás, o ângulo de visão e o grau de abstração assumido pelo pesquisador definem os critérios gerais de delineamento do objeto de estudo - que é sempre um objeto construído.

Ocorre que uma das maiores dificuldades teórico-metodológicas enfrentadas pelos demógrafos consiste, exatamente, em recontextualizar os referenciais teóricos referidos ao crescimento vegetativo, para dar conta quer de uma maior aproximação aos processos sócio-biológicos, cujos jogos de influências mútuas o definem, quer de suas interconexões com as demais dimensões da reprodução da família.

Dificuldades desta ordem induzem, com frequência, a enganos de interpretação das evidências empíricas e a uma visualização muito abstrata e fragmentada do processo de sucessão das gerações ou da dinâmica de estruturação das famílias.

Procuo argumentar, neste trabalho, que a idéia da convergência se assenta em enganos deste tipo, e não passa de uma ilusão de ótica.

Olhando da praia, o céu parece também encontrar-se com o mar na linha do horizonte. Mas, onde fica a linha do horizonte?

## 1. A CONSTRUÇÃO DA IDÉIA DE CONVERGÊNCIA

A noção de convergência é central à teoria da transição demográfica, explicitamente formulada nas primeiras décadas deste século por Thompson (1929) e Notestein (1945, 1948), entre outros, no bojo do movimento empiricista que marcou as ciências sociais nesta fase. Ela estabeleceu o entendimento de que a emergência da sociedade urbano-industrial, ao melhorar as condições materiais de vida e ao difundir um único modelo ideal de família (nuclear, com prole pequena), levava à constituição de um novo padrão demográfico. Para este padrão convergiam todas as sociedades que lograssem atingir este estágio "mais avançado" de organização social (ver Patarra, 1973,1976; Oliveira, 1976; Cawgill, 1970, Stolnitz, 1966).

Reafirma-se, na atualidade, a expectativa de que o declínio do crescimento vegetativo nos países do Terceiro Mundo implicará na emergência do mesmo padrão demográfico e de família observado no

mundo desenvolvido (Guengant, 1990; Bravo, 1990; Boleda, 1990). A esta suposição designa-se "hipótese da convergência".

Antes de discutir a própria plausibilidade desta suposição e as evidências empíricas que permitem rejeitá-la como fantasiosa, vale destacar alguns dos principais enganos e contradições teórico-metodológicas da teoria da transição demográfica, assim como alguns artifícios que propiciaram a sua proposição, numa forma aparentemente lógica.

O primeiro engano é o de tomar um dos modelos conceituais mais simplificados e abstratos da demografia formal, que estabelece o conceito de crescimento vegetativo enquanto uma mera diferença entre níveis de fecundidade (b) e mortalidade (d)<sup>1</sup>, sem quaisquer adaptações teórico-metodológicas, para descrever fenômenos complexos relacionados com as mudanças históricas nos modos de procriar e preservar a sobrevivência. Neste modelo, por definição, esses elementos são considerados inteiramente independentes de qualquer outra dimensão da realidade social. Diversos supostos simplificadores são impostos para isolá-los de modo a observar, exclusivamente, o jogo dinâmico entre eles (ver Lotka, 1969). Os processos sócio-biológicos da procriação e da preservação da sobrevivência são apreendidos através de suas conseqüências macro-sociais globais e de modo abstrato e quantitativo, enquanto fecundidade e mortalidade. Isto é, enquanto intensidade (grau de força) ou velocidade (duração) dos fluxos de nascimentos e mortes. Não ficam, portanto, determinados os modos como estes são produzidos. As ações humanas que movimentam (dão vida a) os processos de reprodução social e numérica são tratadas enquanto eventos ou acontecimentos indeterminados, mas determinantes do crescimento vegetativo. Coerentemente com isso, a noção de "população fechada" reportando-se à "população total" (número de indivíduos que nascem e vivem ao interior de um país), define abstratamente o contexto onde o processo se dá.

Ao se aplicar este modelo à análise das formações sociais concretas, sem recontextualizar teoricamente a problemática, ou sem qualquer mediação metodológica, as propriedades do modelo são como que transferidas à realidade e acaba-se vendo, como algo próprio do real, aquilo que era um mero suposto simplificador do modelo de análise. As sociedades concretas são vistas, assim, como "população total" e "fechada" e as mudanças históricas de regimes demográficos enquanto reduções lineares na intensidade dos fluxos dos "eventos vitais" - nascimentos e mortes -, como se as tendências da mortalidade e da fecun-

1  $V = b - d$ .

didade fossem independentes entre si e desvinculadas dos modos como se procria, se preserva a sobrevivência, dos processos migratórios e de mobilidade social e da dinâmica da família. A periodização histórica desses processos de declínio e a temporalidade das suas trajetórias são demarcadas arbitrariamente pelos níveis que atingem em dado momento, já que o modelo só lida com noções abstratas de tempo histórico (Camargo, 1980).

O segundo engano é o de se justapor, numa mesma análise, dois referenciais teóricos incompatíveis entre si, em termos da problemática reconstruída, do grau de abstração com que reconstróem teoricamente os fenômenos e dos tipos de significados e nexos estabelecidos entre os seus elementos constitutivos. Isto é, o modelo da demografia formal, utilizado para "descrever" as mudanças demográficas, é justaposto a um esquema analítico tomado da Sociologia - o embrião daquela que nos anos 50 e 60 ficou consagrada como Teoria da Modernização - com o objetivo de "explicar" os fenômenos descritos. A problemática recortada, enquanto objeto de estudo, por este esquema da Sociologia, não é a mesma do modelo anterior; reporta-se à mudança nos padrões de família e nos "modos de vida" que se verificam com a transição de uma sociedade agrário-tradicional para uma sociedade urbano-industrial. E sem se estabelecer os nexos existentes entre níveis de fecundidade, mortalidade e crescimento vegetativo, de um lado, e padrões de família e "modos de vida", de outro, procura-se "explicar" as tendências dos níveis da mortalidade, da fecundidade e do crescimento vegetativo, pelas mudanças nos padrões de família e nos "modos de vida". Ocorre, porém, que o resultado desta justaposição é uma segunda descrição do fenômeno das mudanças socio-demográficas, com base em outros critérios analíticos, e não uma demonstração do modo como se encadeiam e se relacionam as alterações em distintas dimensões sociais e demográficas, para gerar o processo histórico maior designado como transição demográfica.

A teoria da transição demográfica debate-se, por isso mesmo, numa sistemática ambigüidade de critérios definidores da natureza, do momento histórico do desencadeamento e da duração do fenômeno de mudanças sócio-demográficas que pretende "descrever" e "explicar" (Patarra & Oliveira, 1988). Pela aplicação do primeiro esquema analítico, o processo se iniciaria com o declínio dos níveis de mortalidade; passaria, em seguida, por uma etapa de alto crescimento vegetativo, na qual a mortalidade estaria razoavelmente baixa e a fecundidade alta, e concluiria após o declínio acelerado da fecundidade e do crescimento vegetativo, com ambos os componentes estabilizados em níveis baixos. Como nesta aplicação o critério identificador e definidor da mudança

demográfica estrutural é o declínio do nível global dos componentes, as alterações nas formas de procriar e preservar a sobrevivência ( e a saúde), nas fases de estabilidade desses componentes em níveis altos, seriam irrelevantes. Em contrapartida, pelo segundo referencial, o mecanismo central da mudança seria a difusão de "novos modos de vida" e de novos valores, inclusive relativos à procriação, à preservação da sobrevivência (e da saúde) e à organização da família. Por este critério, a transição demográfica começaria antes; e, contraditoriamente com o critério anterior, mesmo numa fase de estabilidade em altos níveis globais de fecundidade e mortalidade, mudanças sócio-demográficas significativas poderiam estar iniciando.

A aparência lógica da teoria da transição demográfica é obtida pela manipulação da precedência que se dá ora a um, ora a outro esquema analítico. No momento da "descrição" ou da definição inicial do processo histórico, despreza-se o "critério explicativo" da difusão, retendo-se, apenas, o primeiro. Contudo, a noção de que os movimentos de declínios da mortalidade e da fecundidade correspondem a uma "transição" é construída pelo referencial sociológico.

Como o foco desta teoria é colocado sobre a própria trajetória de mudança de uma situação agrário-tradicional, em direção a outra, urbano-industrial, não se reconstrói, ainda que em termos abstratos e modelares, a dinâmica da preservação das estruturas sociais destes tipos de sociedade. Elas acabam descritas enquanto internamente homogêneas e constantes. Por isso mesmo, a noção de dinâmica demográfica, ou de reprodução numérica, enquanto componente da reprodução social, não pode ser recuperada. E a estabilidade do padrão social e demográfico de cada um desses dois tipos polares de sociedade é retraduzida mentalmente por: ausência de movimento ou ausência de mudanças estruturais. Os modelos que tentam representar as suas características diferenciais são estático-comparativos e referidos ao padrão societal global.

Ao querer explicar a determinação social das mudanças nos componentes do crescimento vegetativo, sem previamente representá-los como uma dimensão particular da vida social, a teoria da transição demográfica acaba por romper com os estreitos nexos existentes entre a procriação e a preservação da sobrevivência, que as noções de crescimento vegetativo, de sucessão das gerações, de reprodução biológica reformulada por Lotka (1969) ou a de taxa líquida de reprodução procuram estabelecer. Graficamente, a transição demográfica chega a ser representada por duas curvas independentes das tendências históricas dos níveis da mortalidade e da fecundidade, como se não e-

xistissem interferências mútuas entre estas duas dimensões, em cada momento da vida social, representado por cada ponto das duas curvas.

Ao declínio da mortalidade, que se iniciaria primeiro, associam-se aquelas tendências sócio-econômicas e culturais que poderiam ter contribuído "de fora" da dinâmica demográfica para reduzir os fluxos das mortes precoces. Por exemplo: tendências de melhoria das condições de alimentação, higiene e trabalho, progressiva incorporação de novas práticas curativas e preventivas que surgiram com o avanço da medicina científica, políticas de saneamento e de saúde, entre outras.

Ao declínio da fecundidade, que se iniciaria depois do declínio da mortalidade (sem que, entretanto, se especifique o momento), relaciona-se uma outra ordem de tendências "determinantes", tratadas como se fossem autônomas face às acima citadas, a saber: a redução das funções da família, a difusão de um novo modelo ideal de família (nuclear com prole pequena), a escolarização e trabalho não-doméstico da mulher, a elevação da idade ao casar, a mudança do valor e significado dos filhos pela alteração nos custos de criação dos mesmos e pelo surgimento dos sistemas de seguridade social. Todos esses fatores indicariam que "os modos de vida" da sociedade urbano-industrial seriam incompatíveis com a família extensa e com as proles numerosas.

As causas da aceleração do crescimento vegetativo, num primeiro momento, e da sua desaceleração, num segundo, tornam-se, assim, obscuras. É que não se esclarece adequadamente porque o declínio da fecundidade só se iniciaria depois da mortalidade, nem porque, num certo estágio, cairia mais rápido que esta, até os níveis de ambas voltarem a se estabilizar em patamar baixo. As razões apontadas para a maior "resistência" ao declínio, expressa pela fecundidade, impedem de entender por que ela declinaria tão rapidamente no momento de "finalização" da transição demográfica.

De todo modo, afirma-se com o respaldo empírico dos diferenciais de fecundidade e mortalidade (desconsiderados na descrição inicial da transição demográfica), que as classes mais altas e mais escolarizadas incorporam primeiro os valores e práticas modernas de procriação, organização da família e preservação da sobrevivência. Mas não se chega a descrever o modo da reprodução numérica destas classes em cada etapa. As maiores resistências às condutas restritivas, responsáveis por conformar a procriação aos padrões modernos e adequá-la aos novos "modos de vida", situar-se-iam, portanto, nas camadas mais pauperizadas e menos escolarizadas; as que adeririam "por último" aos novos códigos de condutas e saberes. Os modos da sua reprodução numérica tampouco são descritos. Não se explica como e porque resistem, nem porque superam esta resistência inicial, num certo momento,

passando a incorporar as novas práticas prescritas ou socialmente estimuladas pela modernização.

O mecanismo, por excelência, das mudanças demográficas e sociais, o processo de difusão dos novos códigos de condutas e saberes, não fica bem caracterizado. Não se indica por quem e como são produzidos e transmitidos, nem como se assegura a efetiva e generalizada incorporação das novas práticas sociais prescritas, nem a rotinização destas nas gerações que se sucedem. Este mecanismo, portanto, acaba sendo apresentado como um acontecimento, cuja origem e desencadeamento ficam também indeterminados.

As idéias de que as transformações sociais produzidas com a modernização são "irreversíveis" e de que uma vez "concluído" este processo se atingiria uma nova situação de estabilidade e uniformidade geral das condutas são essenciais para se poder concluir, logicamente, pela idéia de convergência para um modelo demográfico e de família global único. Entretanto, não se descreve como a produção e a difusão de novos códigos de saberes e condutas, como as migrações e os processos de mobilidade ascendente são freiados para que a transição se "conclua". Se este freio não existe, o processo de diferenciação social e de mudanças internas tende a continuar, com maior ou menor intensidade e velocidade, e nunca se alcançaria uma homogeneidade em torno de um único modelo, nem sua completa estabilidade. Ocorre que a idéia de "conclusão" do processo e de "estabilidade" na nova situação é uma suposição nunca demonstrada, mas sempre reafirmada.

Esta proposição interpretativa sobre as mudanças demográficas que acompanharam o desenvolvimento capitalista procura construir, também, a visão de que coube ao processo de modernização viabilizar o surgimento e a generalização de controles restritivos sobre as mortes precoces e sobre a procriação. E as grandes diferenças na fecundidade e na mortalidade entre países desenvolvidos e não-desenvolvidos são apontadas como prova empírica disto.

## 2. DIFERENÇAS DE PADRÃO DEMOGRÁFICO GLOBAL ENTRE SOCIEDADES DITAS "PÓS-TRANSICIONAIS": CRITÉRIOS PARADIGMÁTICOS E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Do ponto de vista da teoria da demografia formal, as semelhanças e diferenças de regime ou padrão demográfico (vegetativo) não dependem apenas do fato de serem altos ou baixos os níveis de mortalidade e fecundidade. Dependem, fundamentalmente, do tipo de combinação entre estes componentes. O crescimento vegetativo pode ser positivo

( $r^v > 0$ ), nulo ( $r^v = 0$ ) e negativo ( $r^v < 0$ ). E o nível do crescimento vegetativo indica a velocidade ou a intensidade do processo de sucessão de gerações (Lotka, 1969). Crescimento vegetativo acima de zero indica que há expansão demográfica. Sendo a fecundidade mais alta que a mortalidade, cada nova geração é maior que a anterior. Crescimento vegetativo nulo é indicação de estacionamento numérico; ou seja, de que cada nova geração apenas repõe a anterior, em termos quantitativos. E um crescimento vegetativo negativo indica uma retração demográfica, sendo as novas gerações menores que as anteriores. Assim, pequenas diferenças de níveis de fecundidade, associadas a pequenas diferenças de níveis de mortalidade, em diferentes países, podem exprimir diferenciados regimes de sucessão das gerações, com conseqüências nada desprezíveis para a vida social e para as condições mesmas de sociabilidade.

Lotka (1969) ao construir, nos anos 30 deste século, os seus modelos de "população malthusiana", "população estável" e de "população estacionária" buscava representar abstratamente a dinâmica de preservação, no tempo, de três diferentes padrões de reprodução numérica, endógena ou intrínseca à sucessão das gerações, muito correntes naquela época.

Com estes modelos demonstrou as implicações distintas, sobre a composição por idade e sexo (a forma de sucessão das gerações), de combinações diferentes de jogos de mortalidade e fecundidade específicas por idade, constantes por um largo período de tempo calendar (ou pelo tempo teórico de vida de uma geração), numa "população fechada". Os dois últimos modelos representavam, exatamente, padrões diferentes e correntes em sociedades ditas "pós-transicionais", nos anos 30.

A demonstração teórica de Lotka (1969), decisiva para o avanço da demografia neste século, aponta em sentido contrário ao da hipótese da convergência: os declínios transicionais da fecundidade e da mortalidade em diferentes países não implicam, necessariamente, a constituição de um único (novo) padrão demográfico, comum a todos eles.

Simplificando a diversidade internacional para fins analíticos, pode-se dizer que, pelo menos, três padrões globais (nacionais) de reprodução numérica podiam ser observados nos países ditos "pós-transicionais", tanto nos anos 30, quanto na atualidade, a saber: lenta expansão, estacionamento e retração numérica.

Em conferência proferida na Eugenics Society, em 1937 (Szmrecsányi, 1978), Keynes argumentava que o regime de expansão numérica (ainda que lenta) diferia do de estacionamento e do de declínio numérico, tendo implicações muito distintas para o funcionamento da sociedade e da economia. Estes três regimes constituiriam diferentes pré-condições

para a expansão da demanda efetiva, principal determinante dos níveis do investimento e de emprego. O estacionamento ou o declínio numérico da sociedade ao resultar em estacionamento ou redução do consumo, e, mais precisamente, da demanda efetiva, poderia desestimular os investimentos e a criação de novos empregos. Se a população declina sistematicamente, por vários anos, a própria capacidade instalada da economia pode acabar super-dimensionada, face à retração da demanda efetiva. Keynes entendia que uma população crescente facilitava os ajustes dos investimentos aos movimentos também crescentes da demanda efetiva. Ajustes que se tornariam muito mais complexos numa situação de população declinante, já que isto exigiria redefinições compensatórias no padrão mesmo de relação capital-trabalho, no sentido de uma progressiva redistribuição das rendas propiciadas pelos lucros.

Para Keynes, portanto, tinham significados importantes as diferenças de nível de crescimento vegetativo observadas, a sua época, nos países já desenvolvidos. E, além disso, não julgava que a consolidação do capitalismo implicasse em estabilidade, seja no sentido de falta de crises, seja no sentido de ausência de mudanças estruturais. Entendendo que a economia capitalista estava sujeita a crises de desemprego produzidas por colapsos da procura efetiva, formulou políticas anti-cíclicas que foram aplicadas, com sucesso, em muitos desses países.

Marx e Weber, que apresentaram as mais importantes sínteses teóricas sobre o desenvolvimento do capitalismo e elaboraram modelos simplificados sobre o modo de reprodução das sociedades capitalistas mais desenvolvidas da Europa, não as viam como bloco homogêneo, internamente indiferenciado, nem em completa estabilidade estrutural; conquanto Weber enfatizasse mais as semelhanças entre elas, do que Marx (Giddens, 1984).

Há, hoje em dia, farta evidência empírica sobre o modo de desdobramento da transição demográfica em distintos países da Europa, que dá conta das grandes diferenças dessas experiências passadas, seja em termos do momento em que se adensaram as mudanças, seja em termos do encadeamento das principais tendências ou da temporalidade dos seus transcurso, seja em termos das condições iniciais sobre as quais as mudanças se realizaram (Patarra e Ferreira, 1986; Patarra e Oliveira, 1988). Como essas experiências foram bem diferentes, nos anos 20 e 30 deste século, já se podia observar as diferenças significativas de regimes de reprodução social e numérica entre países ditos "pós-transicionais".

No curso do século XX, estas sociedades que passaram primeiro pela transição demográfica experimentaram, também, de modo diferente, processos com significativas repercussões demográficas, tais como:

crises econômicas e políticas decorrentes da desmontagem de seus "impérios" coloniais ou das suas grandes áreas de influência, as duas grandes guerras mundiais, a grande depressão de 1929/30, o "baby-boom" no segundo pós-guerra, a chamada "guerra fria" etc. Tais experiências históricas sugerem que a estabilidade estrutural nessas sociedades não é tão grande quanto a "hipótese da convergência" precisa suportar, para se sustentar.

Alguns desses países tinham, por volta de 1977 (Bureau of the Census, 1978), uma taxa de crescimento vegetativo negativa. Este era o caso das duas Alemanhas (-0,2% ao ano) e da Áustria (-0,1% ao ano) que apresentaram os seguintes jogos de Taxa Bruta de Natalidade (TBN) e de Taxa Bruta de Mortalidade (TBM), respectivamente: 12‰ e 14‰ na Alemanha Ocidental; 10‰ e 12‰ na Alemanha Oriental; e de 12‰ e 13‰ na Áustria.

A Bélgica e o Reino Unido apresentavam crescimento vegetativo nulo, com os jogos de TBN e TBM nivelados em 12‰. Os EE.UU. (0,6% ao ano) e Canadá (0,9% ao ano) apresentavam uma lenta expansão numérica, com maiores desníveis entre as TBN e TBM de, respectivamente, 15‰ e 9‰, no primeiro, e de 16‰ e 7‰, no segundo. Em alguns desses países a imigração internacional era expressiva e fazia elevar as taxas gerais de crescimento. Em outros, não.

Diferentemente do que costumam enfatizar os que apoiam a "hipótese da convergência", as diferenças relativas entre níveis de mortalidade e fecundidade nesses países não são nada pequenas. As diferenças absolutas, sim, é que são pequenas. Entre uma TBN de 15‰, como a dos EE.UU., e uma TBN de 13‰, como a da Áustria, a diferença relativa é de 25%.

A grande maioria desses países tinha, em 1980, uma TFT (taxa de fecundidade total) que variava entre 1,8 e 1,4 filhos por mulher; mas, em alguns deles, era ainda mais baixa que 1,4 (Coale, 1987). A diferença relativa entre taxas com estas grandezas extremas, de 28,6%, não é, de modo algum, insignificante, especialmente porque se trata de uma média nacional. Numa sociedade com níveis altos de fecundidade, um declínio desta ordem na TFT implica passar de uma média de 7 para 5 filhos por mulher, sendo considerado um declínio intenso, quando observado em 10 ou 15 anos.

A prática rotineira de pesquisa, realizada através de um enfoque estático-comparativo, onde os países do Terceiro Mundo são sistematicamente comparados com os países mais desenvolvidos, condiciona muitos demógrafos a valorizarem, sobretudo, as diferenças extremadas existentes entre países "em fase de transição" e países "pós-transicionais". Entretanto, a sistemática minimização das diferenças de níveis

e padrões demográficos observados entre países com mesmo teor e grau de desenvolvimento realimenta a ilusão de homogeneidade.

Coale (1987), por exemplo, apresenta um exercício muito esclarecedor sobre esta questão. Com base em informações empíricas para 1980, ele projeta a população feminina dos EE.UU até o ano 2.100, considerando entre as hipóteses de comportamento futuro da fecundidade, a de constância da TFT (Taxa de Fecundidade Total) em torno dos níveis mais correntes, em 1980, na Europa, que variavam entre 1,8 e 1,4 filhos por mulher. O seu exercício demonstra o significado das diferenças empíricas constatadas nos níveis de fecundidade e mortalidade, mais ou menos estáveis, num período de 50 anos (1930-1980), entre a população feminina de Viena e EE.UU. Conclui o autor que, se a população feminina dos EE.UU. mantiver a TFT de 1,8 filhos por mulher, observada em 1980, sua estrutura etária em 2.100 será, ainda assim, bem mais jovem que a de Viena em 1981; apesar de se eliminar todas as interferências do prolongado "baby boom" americano. Nesse horizonte temporal, só se conseguiria uma maior convergência com a estrutura etária de Viena em 1981 se a TFT dos EE.UU. baixasse rapidamente, desde já, para um patamar de 1,4. E isto implicaria um declínio brusco de 22%, o que equivaleria a mudanças rápidas e amplas nas formas de procriação na sociedade americana, ou uma saída da suposta condição de estabilidade. Embora esta tendência não seja impossível, parece inverossímil uma completa constância das condições de sobrevivência e procriação em Viena, por mais de um século à frente. Ocorre que, se não se cumprirem ambas as condições, não haverá convergência de padrão.

Se países que vivenciaram a experiência do desenvolvimento capitalista e da transição demográfica, em fases históricas mais próximas e sob condições menos díspares, não convergiram até o presente para um mesmo padrão de dinâmica demográfica, não há razão para se supor que os países do Terceiro Mundo tenderão a fazê-lo. Além disso, nada autoriza supor que o desenvolvimento do Terceiro Mundo não resultará em ajustes estruturais nos países mais desenvolvidos que lhes colonizaram, ou que os mantiveram sob tutela econômica e política, por longo tempo. Em realidade, o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo já vem afetando a divisão internacional do trabalho.

### 3. MUDANÇAS E DIFERENCIAÇÃO SOCIAL NOS PADRÕES DE PROCRIAÇÃO E DE FAMÍLIA

Tanto Marx quanto Weber, embora sob óticas muito distintas, definiam a natureza da mudança estrutural no processo de constituição de uma

sociedade capitalista enquanto um movimento de diferenciação social; e não enquanto movimento de uniformização (Giddens, 1984). Descreviam, por caminhos distintos, o encadeamento histórico dos processos que alteram a divisão social do trabalho ao interior de uma sociedade nacional, assim como a alteração das formas de assentamento espacial das sociedades, mostrando que tais processos atingem grupos sociais distintos, de modos diferentes, em momentos diversos do longo transcurso histórico. Mostravam que, ultrapassados os momentos de maior adensamento das mudanças, as estruturas hierarquizadas da sociedade adquirem um outro perfil, uma nova lógica geral de reprodução, sem que se anulem, as diferenças espaciais (rural-urbanas e regionais) e de classe, em várias dimensões sociais e demográficas, inclusive as relativas à vida familiar.

Conquanto não explicitem com clareza os papéis desempenhados pelos mecanismos demográficos no processo de sucessão das gerações, as teorias da ação e da reprodução social, desenvolvidas no século XX, reafirmam e demonstram a importância e o significado das diferenças de padrões de sucessão das gerações e de reprodução das famílias, por classe social.

Nada justifica o uso indiscriminado do artifício lógico de se supor a sociedade (nacional) capitalista desenvolvida e "pós-transicional" como uma totalidade estática e internamente indiferenciada. Isto prejudica o próprio esforço de interpretação e compreensão das regularidades estatísticas quanto aos diferenciais de mortalidade, de fecundidade e de estruturas familiares por classe social.

Com base neste e em outros supostos até aqui discutidos, os adeptos da teoria da transição demográfica entendem que tais diferenciais constituem uma evidência de que a difusão dos novos "modos de vida" e novos ideais de prole pequena e procriação restrita, em curso, não chegou a ser suficientemente ampla, a ponto de atingir todos os grupos sociais. Quando, porém, tais diferenciais são constatados em sociedades ditas "pós-transicionais", fica aberta a questão: como e quando é "finalizada" a transição?

A idéia de que um único modelo ideal de família, aparentemente formulado de uma vez por todas, vai se difundindo, paulatinamente, até se tornar o modelo geral para toda a sociedade, parece algo impossível.

Em primeiro lugar, porque os valores, princípios, normas e regras fundantes da cultura, que exprimem noções de moral e delineiam a forma institucional e legítima das famílias (ou seu modelo ideal normativo), são referidos a dimensões, tais como: o parentesco e linha de descendência, o casamento e exercício da sexualidade dentro e fora das uniões conjugais, a transmissão da herança, os papéis de gênero e divisão sexual

do trabalho e os direitos e deveres dos pais e dos filhos. Embora nas sociedades complexas esses valores, princípios, normas e regras se inscrevam na ordem jurídica e política e sejam, muitas vezes, explicitamente formulados em leis ou doutrinas jurídicas, religiosas e filosóficas, tais formulações são feitas por distintas instituições legítimas, que quase nunca coincidem em todos os aspectos. E, por isso mesmo, não chegam a formar um conjunto sistemático e unívoco de valores, princípios, normas e regras. Constituem, sobretudo, como afirma Foucault (1988:26): "... um jogo complexo de elementos que se compensam, se corrigem, se anulam em certos pontos, permitindo, assim, compromissos ou escapatórias".

Em segundo lugar, porque, tanto nas fases de maior adensamento histórico de mudanças culturais, quanto nas fases de menor adensamento destas, as ideologias e doutrinas (com seus valores, princípios, normas e regras) não deixam de ser redefinidas, produzidas e difundidas, pelas mais diversas instituições sociais e movimentos políticos, exprimindo os interesses comuns ou contraditórios dos distintos atores sociais (individuais e coletivos).

Além disso, o processo de difusão e inculcação dos códigos de conduta fundantes da cultura, assim como das novas ideologias e doutrinas que os reinterpretem ou os redefinam, em alguns pontos, realiza-se de modo difuso pela ação de múltiplos representantes de diversas instituições legítimas. Disto resulta, com frequência, a alteração do teor das mensagens e das noções difundidas, nos momentos mesmo da sua retransmissão e da sua apreensão.

Parte das tarefas de inculcação e difusão dos códigos de conduta é transferida aos casais ou pais. Estes devem zelar pela transmissão aos filhos dos princípios morais fundamentais, dos saberes e dos modos de ação e de convivência familiar e extra-familiar considerados os mais adequados. Muitas outras instituições sociais - igreja, escola, serviços de saúde, instituições filantrópicas diversas, polícia, justiça, instituições de "planejamento familiar" - também são chamadas a zelar pelo controle, vigilância, continuada socialização ou re-socialização dos indivíduos e das famílias de distintas classes. São mobilizadas ora para atuar no sentido da preservação de práticas e de relações sociais consideradas salutaras, ora para reprimir as indesejáveis, ora para difundir novas práticas e relações sociais, no sentido de uma "reforma social". No último caso incluem-se, por exemplo, as campanhas contra a alta mortalidade infantil, contra doenças epidêmicas e endêmicas, para o incentivo ao aleitamento materno, para a difusão de princípios malthusianos, eugênicos ou de "planejamento familiar" relativos a diferentes práticas de casamento, procriação, preservação da sobrevivência (e da saúde)

e criação-socialização de filhos; campanhas que se sucederam historicamente em muitos países no transcurso do processo da transição demográfica (ver Badinter, 1985; Berquó et al, 1984; Donzelot, 1980; Castro Santos, 1987).

Se algumas prescrições e Interdições conseguem uma aceitação social muito ampla, Isto não chega a conformar uma idealização uniforme sobre a família e sobre o modo da sua reprodução social é numérica. O que se qualifica como número ideal de filhos, tanto em sociedades "pós-transicionais" quanto nas demais, não chega a ser pensado por todos enquanto uma quantificação precisa. As noções de prole pequena ou prole numerosa são vagas e variáveis no tempo histórico, no espaço, na hierarquia das classes e nas sucessivas gerações. A transição demográfica leva a uma crescente preferência por proles pequenas; mas não, necessariamente, a um número exato de filhos como Ideal.

Blake (1966) ao analisar as variações do número ideal de filhos entre mulheres americanas brancas e em idade reprodutiva (segundo religião, renda e cor), através de 13 **surveys** distintos,mas comparáveis, realizados entre 1936 e 1961 .observa que a grande maioria das respostas se concentrava na faixa de 2 a 4 filhos, em todos os anos. A classe modal oscilava, em todo o período, sem indicar uma sistemática redução da proporção daquelas que apontavam 4 filhos como ideal, mesmo depois do "baby boom". A autora comenta a grande disparidade entre Indicar 2 filhos, ou o dobro disto (4 filhos).

Esses achados atestam que, embora existisse entre as mulheres americanas uma preferência geral por prole pequena, não havia uma quantificação uniforme do número ideal de filhos. Se uma parte significativa das mulheres americanas, entre 1936 e 1961, entendia que prole numerosa constituía-se de 3 e mais filhos sobreviventes, para outra parte, esta representação ideal se materializava em 5 e mais. De todo modo, como os percentuais das que afirmavam como Ideal "nenhum filho" ou "1 filho" eram insignificantes e, inclusive, muito mais baixos que os daquelas que apontaram para "5 filhos" ou "6 e mais filhos", fica-se com a forte Impressão de que a maior parte das mulheres americanas, nesta fase, valorizavam a tarefa da procriação e de que um número expressivo delas tinha preferência por proles não tão pequenas.

Contudo, Blake surpreende-se que Isto apareça, especialmente entre as mulheres mais jovens entrevistadas nos últimos **surveys**, os de 1960 e 1961, já que os achados para outros países da Europa apontavam para números Ideais de filhos muito menores, quase sempre avaliados através de médias gerais, e não em termos da variabilidade do fenômeno. E como os supostos **a-priori** lhe parecem "verdadeiros", Blake acaba

atribuindo a variação por ela observada a uma imprecisão na formulação da questão.

Não se pode esquecer que os indivíduos são sujeitos morais de sua ação e de que, entre a aceitação de dado modelo normativo de conduta dito ideal e a ação efetiva dos atores sociais, existe um hiato, no qual operam fatores outros (biológicos, econômicos, políticos e demográficos), não meramente imateriais ou simbólicos, mas igualmente determinantes básicos da ação dos sujeitos. A esse respeito Foucault (1988:27) salienta:

*"Dado um código de ação, e para um determinado tipo de ações (que se pode definir por seu grau de conformidade ou de divergência em relação a esse código), existem diferentes maneiras de 'se conduzir' moralmente, diferentes maneiras, para o indivíduo que age, de operar não simplesmente como agente, mas sim como sujeito moral dessa ação".*

E as condições materiais, concretas e socialmente dadas, que constituem um outro referencial para as decisões quanto às condutas efetivas, são diferenciadas segundo as classes sociais.

Vale argumentar, também, que o processo contínuo de constituição, expansão, manutenção e dissolução dos grupos familiares concretos - isto é, o modo específico de sucessão das gerações nas sociedades humanas - é bastante complexo; e sua realização histórica requer a articulação de quatro dimensões fundamentais: o casamento e/ou exercício da sexualidade, a procriação, a preservação da sobrevivência (e da saúde) e a criação-socialização dos filhos. Do ponto de vista da teoria da reprodução social, o tipo de combinação e de encadeamento de práticas sociais e estratégias referidas a estas quatro dimensões do cotidiano, no curso dos ciclos de vida dos indivíduos, é que conforma o padrão de reprodução das famílias ou o padrão de produção e reprodução das descendências efetivas dos casais. Desta ótica, os filhos sobreviventes e socializados até o início da vida adulta é que são os produtos acabados deste peculiar processo de produção - a produção de filhos. Os modos de procriar e de preservar a sobrevivência (e a saúde) são mecanismos demográficos, endógenos a este processo maior, especificamente responsáveis pela formação das proles (conjunto de filhos sobreviventes de distintas idades que se integram ao grupo familiar) com dada dimensão e composição, geradoras das descendências dos casais.

Estes mecanismos demográficos desempenham um papel central no delineamento tanto da forma estrutural das proles e descendências,

quanto do ritmo (intensidade e velocidade) da sua constituição. Este ritmo, apreendido no plano macro-social e de modo abstrato, é que constitui o "crescimento vegetativo". Contudo, estas são dimensões fortemente afetadas pelas condições e modos de casar, de vivenciar a vida conjugal, de exercer a sexualidade dentro ou fora de uma união marital, de criar e socializar filhos.

As mudanças históricas, materiais e simbólicas, observadas nestas dimensões com o avanço do capitalismo não criam e nem dissolvem as articulações entre elas; apenas alteram a combinação e o encadeamento das práticas e estratégias sociais que lhes são referidas. As novas ideologias e os novos saberes atribuem outros significados a esses elementos, apontando para outros modos de casar, de preservar a sobrevivência e a saúde, de procriar e de criar - socializar filhos, de concretizar os papéis masculinos e femininos etc... As novas condições materiais concretas que vão emergindo, e que são diferentes para cada grupo social e região de um mesmo país, constituem-se em parâmetros decisivos, quer para inviabilizar a reprodução de algumas das velhas práticas (ou os resultados delas esperados), quer para garantir a preservação de outras. Nem todos os movimentos de mudança representam uma ruptura completa das novas gerações com todo o complexo repertório de práticas sociais que integram os habitus de classe quanto a essas dimensões (Bourdieu, 1989; Oliveira & Salles, 1991). Mas a redução das mortes precoces e os ganhos em longevidade afetam decisivamente todas as demais dimensões.

Uma imensa variedade de fatores materiais concretos interferem direta ou indiretamente na constituição das famílias ou das proles, além daqueles fatores ideológicos e simbólicos referidos às dimensões apontadas. Muitos deles não podem ser previstos e mantidos sob controle dos indivíduos ou casais. Sendo assim, dificilmente a experiência de constituição das descendências pode transcorrer exatamente conforme um "ideal" antevisto, ou mesmo segundo as expectativas e decisões tomadas no momento de constituição das uniões.

Mesmo considerando apenas experiências de casais já constituídos, Bongaarts (1983:3) apresenta um interessante exercício a esse respeito, aplicado a dados para os EEUU, numa fase "pós-transicional", mostrando que:

*"Circunstâncias não planejadas, tais como a falha de anticoncepcionais, a esterilidade, uma perda fetal, a demora prolongada na concepção, a combinação indesejada de sexos dos filhos, o divórcio ou a morte de um dos cônjuges ou de um filho, frustram, em diversos graus, as intenções reprodutivas dos casais".*

O resultado final deste exercício indica que somente 6,2% dos casais tem alta probabilidade de alcançar suas intenções precisas de formação da família. Em torno de 93,80% experimentarão, pelo menos, um evento não planejado. E ante a isto, conclui que... "obter uma composição de família desejada não é um fato simples, e a grande maioria dos casais terão que aceitar modificar sua versão da família ideal" (Bongaarts, 1983: 15).

Portanto, parece inverossímil que, nas sociedades desenvolvidas e "pós-transicionais", as tentativas dos casais regularem "voluntária, racional e conscientemente" as suas proles, segundo um dado modelo ideal de família nuclear com prole pequena, levem a uniformes padrões de famílias concretas, mesmo entre aqueles que eventualmente compartilhem de um mesmo ideal.

A descrição da transição da fecundidade enquanto uma mudança linear de um padrão de procriação intensa e não-regulada, para outro de procriação restrita e regulada, de modo "voluntário, racional e consciente"; não é apenas numa simplificação do fenômeno, mas um ocultamento de sua natureza e das suas determinações históricas. De um lado, transmite a idéia de que a procriação intensa resulta sempre em prole numerosa e é fruto de uma "desregulação" ou da ausência de um auto-controle sobre o exercício da sexualidade. E isto impede de considerar tais padrões de procriação enquanto uma resultante dinâmica da combinação de várias práticas sociais referidas a distintas dimensões da vida cotidiana, com a de "deixar vir os filhos" (Souza, 1990). De outro, reifica as novas formas de procriação restrita, mostrando-as como universais na modernidade e fruto de atitudes socialmente valorizadas (a racionalidade e a previsibilidade), de uma opção supostamente independente das influências sociais, de uma liberdade não-condicionada.

Entretanto, a alta frequência de mulheres ou casais com proles pequenas, de 1 a 3 filhos, nas sociedades "pós-transicionais", não comprova qualquer homogeneidade social das formas de produzi-las, nem quanto aos seus significados para os pais, ou para os grupos sociais a que pertencem.

A existência de controles restritivos sobre a procriação e sobre as mortes precoces, inclusive de crianças, não é uma conquista da modernidade urbano-industrial. É certo que esta propicia a emergência de novas e mais eficazes práticas e técnicas de controle restritivo. Porém, as sociedades agrícolas conseguiram ter, também, por longos períodos, controles restritivos com certa eficácia, sobretudo sobre a procriação (Wrigley 1969; Flandrin, 1988), a ponto de configurarem outras "transições demográficas" (Patarra e Ferreira, 1986; Patarra e Oliveira, 1988;

Wrigley, 1969). Aliás, todas as sociedades manipulam controles restritivos e expansivos da procriação (Davis & Blake, 1967; Flandrin, 1988); conquanto que, em certas fases históricas, ou em certos grupos sociais, se dê maior precedência a um tipo que a outro, configurando políticas ou estratégias essencialmente pró-natalistas ou anti-natalistas.

As condições e propriedades da realização histórica dos mecanismos sociais e demográficos responsáveis pelo ritmo e forma da sucessão de gerações influem, decisivamente, na diferenciação social dos padrões de procriação e de estruturação das famílias, e não na sua homogeneização, como propõe a "hipótese da convergência". Exatamente por isso é que os achados empíricos quanto aos diferenciais de fecundidade, mortalidade e organização das famílias nas sociedades já desenvolvidas e "pós-transicionais", desde 1920 ou 1930, apontam para a preservação ou ampliação das diferenças nas condições e formas da reprodução social e numérica por classe social ou região, como ocorre nos exemplos abaixo considerados.

Clark (1968) apresenta alguns resultados de um estudo de Goldberg, realizado em 1952-58, nos EEUU, para avaliar o efeito da migração rural-urbana e da maior exposição de mulheres das novas gerações ao meio urbano, com distintos graus de escolaridade. O pesquisador compara o número médio de filhos de mulheres com 40 anos e mais, pertencentes a famílias urbanas de segunda geração, com as de suas próprias mães (primeira geração urbana ou imigrantes vindas de áreas rurais). Ele observa um claro declínio do número médio de filhos, ao passar da primeira para a segunda geração urbana. Contudo, as diferenças de número médio entre aquelas que tinham níveis de escolaridade muito díspares - primária e superior - eram significativas nas duas gerações, apresentando-se uma pequena redução na segunda geração. Na primeira geração urbana, o número médio de filhos nessas classes de escolarização era de, respectivamente, 3,07 e 2,28 filhos, sendo a diferença da ordem de 34,6%. Para a segunda, as médias de filhos foram, respectivamente, de 2,33 e 1,76, sendo a diferença de 32,4%.

Petterson (1968) apresenta dados sobre o número médio de filhos entre mulheres americanas cujos maridos integravam grupos ocupacionais distintos, rurais e urbanos, em 1910, 1940 e 1950. Observa diferenciais rural-urbanos, controlados pela situação ocupacional do marido, num largo período. Como característica geral, a fecundidade rural era mais alta que a urbana. Entre os "profissionais técnicos e similares" as diferenças rural-urbanas de número médio de filhos foram, respectivamente, de: 54,8% em 1910, 45,0% em 1940 e de 76,0% em 1950. Entre "gerentes, funcionários e proprietários (exceto agricultores)" as diferenças rural-urbanas foram de: 45,5% em 1910, 61,9% em 1940 e de

42,7% em 1950. Para "operários e similares" foram de: 36,5% em 1910, de 63,01% em 1940 e de 68,00% em 1950.

Esses dados indicam que os mapas de diferenciais se alteraram, reduzindo-se algumas diferenças num período, aumentando em outro, para diferentes categorias ocupacionais, sem que ocorresse uma tendência geral de homogeneização. Também permitem observar como mudaram as diferenças entre as categorias que tinham as maiores disparidades de número médio de filhos; ou seja: de um lado, a dos "profissionais, técnicos e similares" urbanos com 2,8 filhos por mulher e, de outro, as categorias rurais de "operários e similares", "trabalhadores e similares" e "peões, agricultores e capatazes", com 5, 6 filhos por mulher. As diferenças entre o primeiro e os três últimos grupos evoluíram de 100%, em 1910, para 120%, em 1940 e para 147%, em 1950. Aumentaram significativamente, portanto, no curso dos 40 anos considerados.

## CONCLUSÃO

A "hipótese da convergência" não se sustenta ante a um exame teórico, nem face a um confronto com achados empíricos.

Esta transição demográfica que acompanhou o desenvolvimento do capitalismo industrial constituiu um processo histórico de emergência e conformação de novos e diferenciados padrões de produção e reprodução das descendências efetivas dos casais, caracterizados por ritmos mais lentos (ou, mesmo, deficitários) e por formas outras de combinações de práticas sociais que estabelecem a precedência das práticas restritivas à procriação e às mortes precoces. Não se trata, portanto, de meros movimentos de declínios independentes dos níveis gerais de mortalidade e fecundidade. A generalização de algumas práticas restritivas à procriação e às mortes precoces, assim como a rotinização das mesmas nas gerações que se sucedem, fatos que definiram o próprio transcurso deste processo, não implicaram a homogeneização nem dos padrões de procriação e de preservação da sobrevivência (e da saúde), nem dos de casamento e criação-socialização de filhos. É que as múltiplas práticas sociais e estratégias desta natureza que se combinam e se encadeiam no curso do ciclo de vida dos atores sociais concretos, diretamente envolvidos na produção das novas gerações, são escolhidas dentro de um variado repertório integrante seja dos **habitus** de classe (Bourdieu, 1989; Oliveira & Salles, 1991), seja dos novos mapas de alternativas propostas por um bom número de instituições sociais legítimas, que ofertam "serviços

especializados" e operam como agentes reguladores de uma ou várias destas dimensões da vida social (individual e coletiva).

Não se pode esperar, portanto, que a transição demográfica que agora ocorre no Terceiro Mundo, conduza a um único e exclusivo padrão de dinâmica demográfica ou de organização das famílias, supostamente "típico" de todas as nações urbano-industriais, como aponta a "hipótese da convergência".

Enquanto uma suposição que se re-apresenta, ante as evidências de declínio da fecundidade no Terceiro Mundo (depois de abandonada por certo tempo), a "hipótese da convergência" não revela, de imediato, os enganos que a constroem, nem as suas contradições com a teoria da demografia formal e com critérios básicos de outros paradigmas das ciências sociais que iluminam este campo de estudos científicos.

Entretanto, como se discutiu no corpo deste trabalho, ela é uma decorrência de uma visão a-histórica e deformada do processo de transição demográfica, construída com fundamento em critérios analíticos duvidosos. E, enquanto tal, a "hipótese da convergência" não passa de uma ilusão de ótica.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADINTER, E.

1985 *Um amor conquistado*. O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. BERQUÓ, E., SPINDEL, C, REA, N.F., CUKIER, R.

1984 Caracterização e determinantes do aleitamento materno na Grande São Paulo e na Grande Recife. *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, n. 2. (Nova Série). BLAKE, J.

1966 Ideal family size among white americans: a quarter of a century's evidence. In: FORD, T.R., DEJONG, G. F. *Social Demography*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, p. 567-588. BOLEDA, M.

1990 Evolution de la fecondité à Salta (Argentine). In: SEMINÁRIO FERTILITY TRANSITION IN LATIN AMERICA, 1990, Buenos Aires: IUSSP/CELADE/CENEP. BONGAARTS, J.

1983 *Formación de la familia: eventos no planeados*. Bogotá: CCRP/Population Council. (Ensayos sobre población y desarrollo, 19).

- BOURDIEU, P.  
1989 *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL
- BRAVO, J.H.  
1990 La hipótesis de difusión de la reducción de la fecundidad en latinoamérica. In: SEMINÁRIO FERTILITY TRANSITION IN LATIN AMERICA, 1990, Buenos Aires: IUSSP/CELADE/ CENEP.
- CAMARGO, C.P.F. de.  
1980 Dinâmica populacional como processo histórico-social. In: SANTOS, J. L F., LEVY, M. S. F., SZMERECSÁNYI, T. (orgs.) *Dinâmica da população*. Teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T.A. de Queiróz, p. 12-18. CASTRO SANTOS, LA.  
1987 *Power, ideology, and public health in Brazil, 1889-1930*. Cambridge: Harvard University. Tese (Doutorado).
- CAWGILL, D.O.  
1970 Transition theory as general population theory. In: FORD, T.R., DEJONG, G. F. *Social demography*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, p. 627-633. CLARK, O  
1968 *Crecimiento demográfico y utilización del suelo*. Madrid: Alianza. COALE, A.  
1987 As implicações sociais da fecundidade abaixo do nível de substituição. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Campinas, v.4, n.1, p. 39-60, jan-jul. DAVIS, K., BLAKE, J.  
1967 La estructura social y la fecundidad: un sistema analítico. In: FACTORES sociológicos de la fecundidad. México: CELADE/Colégio de México. DONZELOT; J.  
1980 *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal.
- FLANDRIN, J. L  
1988 *sexo e o ocidente*. Evolução das atitudes e dos comportamentos. São Paulo: Brasiliense.
- FOUCAULT, M.  
1988 *História da sexualidade*. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal. GIDDENS, A.  
1984 *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Presença.
- GUENGANT, J.P.  
1990 La transition demographique dans le Caraibe: un essai

d'interprétation. In: SEMINÁRIO FERTILITY TRANSITION IN LATIN AMERICA, 1990, Buenos Aires: IUSSP/ CELADE/ CENEP. LOTKA, A.

1969 *Teoria analítica de las asociaciones biológicas*. Santiago de Chile: CELADE-NU. NOTESTEIN, F. W.

1945 Population - the Long View. In: SHULTZ, T.W. (org.) *Food for the world*. Chicago: The University of Chicago.

1948 Summary of demographic back ground of problems of underdeveloped areas. *Milbank Memorial Found Quartely*, [S.l.], n. 16, p. 249-255, jul. OLIVEIRA, M.C.F.A. de.

1976 *Família e reprodução*. São Paulo: FAU/USP.

OLIVEIRA, O., SALLES, V.

1991 Reprodução social e reprodução da força de trabalho: reflexões teóricas para o estudo do tema. *Caderno CRH*, Salvador, n.14, p. 7-30, jan/jun. PATARRA, N. L.

1976 *O estudo sobre a reprodução humana no Distrito de São Paulo*. São Paulo: FAU-USP.

1973 Transición demográfica: resumen histórico o teoría de población?. *Demografía y Economía*, México, n. 3, v.1, p. 86-95.

\_\_\_\_\_, FERREIRA, C.E.C.

1986 *Repensando a transição demográfica: formulações, críticas e perspectivas de análise*. Campinas: (Textos NEPO, 10).

\_\_\_\_\_, OLIVEIRA, M.C.A.

1988 Transição, transições. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1988, 6, Olinda. Belo Horizonte. ABEP, p. 17-36. PETTERSEN, W.

1968 *La población*. Madrid: Tecnos.

SOUZA, G.A.A. de.

1990 Deixar vir os filhos: a produção de proles numerosas.

*Caderno CRH*, Salvador, n.13, p. 5-37. jul/dez. STOLWITZ, G.J.

1966 La transición demográfica: de altos a bajos índices de natalidad y mortalidad. In: FREEDMAN, R. *La revolución demográfica mundial*. México: UTHEA, p. 37-59.

SZMRECSÁNYI, T (org).

1978 *Keynes*. São Paulo: Ática.

THOMPSON, W.S.

1929 Population. *The American Journal of Sociology*, [s.l.], n. 34, p. 959-975.

WRIGLEY, E.A.

1969 *História y población*. Madrid: Guardanama.